

Irmandades desenvolveram importante papel cultural e social nos séculos XVIII e XIX

_____ Páginas 04 e 05



Medalhão e Coroamento do retábulo-mor da Igreja de Nossa Senhora do Carmo e da Igreja de São Francisco de Assis, em Mariana: duas das mais expressivas irmandades presentes em Minas Gerais



PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



_____ Confira na página 08

Entrevista: Adriano Ramos fala sobre restauração e pesquisa sobre os mestres santeiros

_____ Páginas 06 e 07

Resgate das flautas tradicionais enriquece cultura imaterial do Vale do Jequitinhonha

_____ Página 10

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...

Editorial

Um passeio pela história e cultura de nosso estado

Nesta edição, o Bem Informado apresenta um balanço sobre as principais ações a serem executadas em 2013 pelo Iepha dentro do programa Minas Patrimônio Vivo. Projeto estruturador do Estado de Minas Gerais, o programa é um dos maiores e o mais completo que envolve a área de patrimônio cultural já executados em toda a história do Iepha. Coordenado pela instituição, e acompanhado pela Secretaria de Estado de Cultura, estão em destaque para esse ano as ações dos subprogramas Projetar, Restaurar e o Informar. Como o programa abrange as principais vertentes do patrimônio cultural, todos os subprogramas são executados ao longo do ano, como fruto do dedicado trabalho cotidiano dos técnicos do Iepha.

A importância e o legado das irmandades mineiras é o foco de uma matéria especial que apresenta essa instituição que é uma das mais antigas do estado e figura como um elemento de grande importância social e religiosa durante os séculos XVIII e XIX. São apresentados também alguns pontos do Código Canônico de 1917 sobre o funcionamento das Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias no espaço religioso.

Nosso entrevistado é o restaurador Adriano Reis Ramos. Ex-funcionário do Iepha, Adriano relata algumas passagens interessantes de seu trabalho como restaurador e as descobertas proporcionadas na recuperação de importantes monumentos de Minas Gerais e do Brasil. Além do trabalho prático de restauração, Adriano destaca também pesquisas realizadas que permitiram a redescoberta de grandes mestres da arte colonial mineira. Outro ponto abordado foi o trabalho social que tem dado oportunidade para jovens aprenderem o ofício da restauração.

Com a elevação da Matriz do Pilar, em Ouro Preto, à condição de basílica em dezembro de 2012, o *Bem Informado* esclarece os leitores sobre a denominação correta de nossas capelas, santuários e basílicas. A diferença de títulos entre os templos apresenta algumas curiosidades que a própria origem do termo ajuda a identificá-los.

O trabalho de resgate dos antigos conjuntos de flautas e pífanos do Vale do Jequitinhonha é ação mineira reconhecida recentemente com uma premiação em nível nacional, como destaque na área do patrimônio cultural imaterial. A pesquisa rendeu bons frutos e enriquece a cultura imaterial de nosso estado. Na seção Bem Tombado apresentamos a Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida, localizada no distrito de Córregos, em Conceição do Mato Dentro. O templo, de aspecto singular, tem presença significativa na cultura da região.

O Museu Histórico Abílio Barreto, de Belo Horizonte, recebe nossa homenagem pelos seus setenta anos de criação. A instituição é um dos espaços referenciais da memória da capital mineira e inova em ações que conquistam o espaço urbano atraindo a atenção e o interesse dos belo-horizontinos.

Registramos o nosso agradecimento à jornalista Beatriz Teixeira de Salles, que, com competência, dedicação e responsabilidade, esteve à frente da Assessoria de Comunicação do Iepha/MG desde 2007 e comandou o processo de criação do jornal Bem Informado. A partir da próxima edição, o Bem Informado estará com um novo editor, o jornalista Leandro Henrique Cardoso, a quem damos as nossas boas vindas e desejamos bom trabalho à frente da divulgação de nosso rico patrimônio cultural.

Boa leitura e aguarde a nossa próxima edição!

Adalberto Andrade Mateus
Editor interino

* Em virtude das férias do presidente do Iepha/MG, Fernando Viana Cabral, a Palavra do presidente volta a ser veiculada normalmente na próxima edição.

Peça Desaparecida

O Divino Espírito Santo, de um metro de altura, 30 cm de diâmetro e cerca de 30 quilos, foi roubado da Igreja Matriz da cidade de Pratápolis em 08 de outubro de 2008. A relíquia centenária possui partes em prata e é banhada a ouro.

Informações pelo telefone (31) 3235-2800 ou pelo faleconosco no site do Iepha/MG.



Arquivo Iepha/MG

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Antônio Augusto Junho Anastasia

Vice-governador: Alberto Pinto Coelho

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretária: Eliane Parreiras

Secretária adjunta: Maria Olívia de Castro e Oliveira

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Fernando Viana Cabral

Vice-presidente: Pedrovaldo Caram Santos

Chefe de Gabinete: Danielle Faria

Diretor de Conservação e Restauro: Renato César J. de Souza

Diretor de Planejamento, Gestão e Finanças: Dirceu Alves Jacome Júnior

Diretora de Proteção e Memória: Angela Maria Ferreira

Diretora de Promoção: Marília Palhares Machado

BEM INFORMADO – INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Textos e edição: Adalberto Andrade Mateus (MG 17581JP)

Textos: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP) e Érika Santos (MG 012987JP)

Diagramação: Pablo do Prado Soares

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m

Tiragem: 2.600 exemplares – Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Imprensa Oficial do Estado de Minas Geras

Confira todas as edições do Bem Informado no nosso site (www.iepha.mg.gov.br) no menu publicações.



CULTURA

Praça da Liberdade, s/nº – 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte – MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: iepha@iepha.mg.gov.br

Minas Patrimônio Vivo segue a todo vapor em 2013



Matriz de Santana, em Congonhas do Norte: etapa final da restauração dos elementos artísticos integrados;

Igreja do Espírito Santo do Cerrado, em Uberlândia: conclusão de obras;

Igreja Matriz de Santo Antônio, em Itacambira: obra de restauração civil;

Sobrado Dario Magalhães, em Minas Novas: restauração para implantação do Museu de Percursos;

Museu Alphonsus de Guimaraens, em Mariana: obras de restauração arquitetônica e de execução dos projetos complementares.

| Projetar

Igreja do Rosário e Matriz de São Francisco, em Minas Novas: elaboração de projeto de restauração civil e de elementos artísticos;

Igreja de Nossa Senhora da Assunção, distrito de Ravena, Sabará: elaboração de projeto de conservação-restauração de elementos artísticos da etapa final;

O Programa Minas Patrimônio Vivo, projeto estruturador do estado de Minas Gerais, executado pela Secretaria de Estado de Cultura, por meio do Iepha, continua com grandes taxas de execução. Os principais subprogramas desenvolvidos até o momento – Projetar e Restaurar –, incluem projetos para bens culturais que necessitam de intervenções urgentes, como é o caso do Sobrado Dario Magalhães, em Minas Novas, que vai abrigar uma das sedes do Museu de Percursos. Já outros bens passam por etapas de restauração, dado que o processo, sendo complexo, tem os serviços divididos em lotes.

A elaboração de projetos específicos de restauração e conservação, principal elemento de contratação do Projetar, é parte essencial e ponto inicial para um processo de restauração. Por meio deles são conhecidas as necessidades de intervenção e mensurados todos os materiais que serão utilizados durante a obra. Conheça os principais contratos firmados pelo Iepha:

| Restaurar

Igreja de São Francisco, em Pitangui: conclusão da 2ª etapa da obra de reforma de esquadrias e pintura geral;

Sobrado do Inconfidente Domingos Abreu Vieira, em Berilo: conclusão da 3ª etapa da obra de restauração civil;

Programa de Restauração de Acervos: Restauração de imaginária, diversos municípios a partir de um ateliê vitrine situado na sede do IEPHA/MG;

Capela do Senhor dos Passos, Fazenda Boa Esperança, em Belo Vale: restauração dos elementos artísticos;

Igreja de Nossa Senhora da Ajuda, distrito de Alto Maranhão, Congonhas: etapa final da restauração dos elementos artísticos integrados;

Igreja de Nossa Senhora da Assunção, distrito de Ravena, Sabará: obra de reforço estrutural e drenagem e 3ª etapa da restauração dos elementos artísticos integrados;

Igreja de Nossa Senhora da Glória, em Carandaí: elaboração de projeto de restauração civil;

Matriz de Nossa Senhora da Conceição e Igreja do Senhor Bom Jesus do Matozinhos, em Couto de Magalhães: elaboração de projeto de restauração civil e de elementos artísticos;

Matriz do Santíssimo Sacramento, em Jequitibá: elaboração de projeto de restauração civil e de elementos artísticos;

Capela de Nosso Senhor dos Passos, distrito de Brumal, Santa Bárbara: elaboração de projeto de restauração civil e de elementos artísticos;

Igreja de Santo Antônio, distrito de Santo Antônio do Pirapetinga, em Piranga: elaboração de projeto de conservação-restauração de elementos artísticos;

Igreja Matriz de Nossa Senhora dos Prazeres, distrito de Milho Verde, Serro: elaboração de projeto de restauração civil e de elementos artísticos;

Igreja de São Gonçalo, distrito de São Gonçalo do Rio das Pedras, Serro: elaboração de projeto de restauração civil e de elementos artísticos;

Igreja de Santa Isabel de Hungria, em Caxambu: elaboração de projeto de restauração civil;

Igreja de Nossa Senhora do Rosário (foto acima), distrito de Brejo do Amparo, Januária: elaboração de projeto de restauração civil e de elementos artísticos;

Matriz de Nossa Senhora Aparecida e Igreja dos Passos, distrito de Córregos, Conceição do Mato Dentro: elaboração de projeto de restauração civil e de elementos artísticos;

Igreja de São Francisco de Assis, distrito de Costa Sena, Conceição do Mato Dentro: elaboração de projeto de restauração civil e de elementos artísticos.

Associações religiosas marcam espaço na cultura mineira

Acervo Arquivo Público Mineiro



⤴ Livro de Compromisso da Irmandade de Nossa Senhora da Apresentação da Freguesia de Nossa Senhora do Bom Sucesso da Vila Nova da Rainha, Caeté, 1738.

Com forte presença principalmente no século XVIII, as irmandades, ordens terceiras e confrarias religiosas foram instituições que reuniam leigos, tanto das camadas mais abastadas quanto mais pobres. Estes homens e mulheres se associavam em torno de um santo de devoção, buscando proteção e graças divinas, praticando caridade, e ainda estabelecendo relações sociais.

Além de promover a religiosidade, essas agremiações prestavam assistência a seus associados, particularmente na hora da morte, considerada o ponto central na vida dessas instituições. As irmandades cuidavam para que seus membros tivessem enterros solenes, marcados pela pompa fúnebre (tanto mais requintada quanto mais rico o irmão falecido), que expressavam prestígio social.

Nas Minas Gerais, do século XVIII, essas organizações se marcaram como importantes pilares de sustentação da fé católica. Com a proibição régia da presença de entrada e fixação das ordens religiosas regulares na Capitania de Minas, as ordens terceiras apareceram ligadas a capelas de confrarias ou à própria igreja paroquial – enquanto no restante do Brasil estas ordens se ligavam a conventos das ordens regulares.

As irmandades, confrarias e ordens terceiras, apesar de certa autonomia adquirida no período colonial, sempre estiveram subordinadas à jurisdição eclesiástica e temporal.

Invocações prediletas

De acordo com o livro *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*, as invocações prediletas no interior de Minas são: Nossa Senhora do Carmo, São Francisco, Nossa Senhora da Conceição, Pilar, Santíssimo Sacramento, Arcanjo São Miguel, São Pedro dos Clérigos, Senhor dos Passos, Santana, para os brancos; Nossa Senhora do Amparo, S. Francisco de Paula, São José dos Bem Casados, Pardos do Cordão, para os pardos; e Rosário, São Benedito, Mercês e Santa Efigênia, para os negros.

Fundada a corporação e eleita sua mesa diretora, esta designava o secretário ou qualquer irmão que ostentasse dotes de bom redator, para redigir o livro de compromisso ou estatuto próprio. Durante grande parte do período colonial, seus compromissos eram enviados a Lisboa para aprovação da Mesa de Consciência e Ordens, criada em 1532. A Mesa fazia um controle mais rígido, fiscalizando as anuidades cobradas, os bens e os livros internos, a ereção e a construção de templos.

Nos primeiros anos de povoamento na Colônia, eram obrigatórias as Irmandades do Santíssimo Sacramento, que simbolizavam a autoridade suprema da corte celeste e arregimentavam as pessoas de maior projeção no arraial. No caso de Minas Gerais, pode-se dizer que as ordens terceiras constituíram uma das bases da estruturação da sociedade, sendo que pessoas de grupos sociais distintos se faziam representar nas diversas associações de irmãos existentes.

A formação das irmandades começa com a instalação das primeiras freguesias e paróquias. A partir de 1720-1740, essas corporações surgem para apoiar e promover a construção de igrejas, polarizando interesses de grupos sociais diferentes. Cada irmandade reunia determinado grupo social ou camada. Existiam irmandades e ordens terceiras de negros, brancos e mestiços, que competiam religiosa, social e esteticamente.

Observando-se os livros de compromisso das irmandades é possível apontar certas características: o preconceito racial, que obriga homens de cor a se reunirem em irmandades próprias; a função assistencial e previdenciária aos seus filiados, chegando a haver empréstimos de dinheiro a juros; e regimes estatutários de disciplina coletiva bastante rígida.

Foram as ordens terceiras religiosas e irmandades de leigos os maiores patrocinadores de quase toda a atividade artística da capitania, dando contribuições inestimáveis na vida intelectual e na cultura. A rivalidade entre duas grandes ordens terceiras, do Carmo e São Francisco, resultou em praticamente metade da obra de Aleijadinho e de Ataíde. Também no terreno da música e educação musical, essas associações deixaram frutos. Em determinado período existia em Minas maior número de músicos ilustres do que na própria corte portuguesa, segundo estudos de Curt Lange, citado por Fritz Teixeira de Salles, no livro *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*. As contribuições das irmandades também se refletiram na educação, uma vez que não havendo sistema educacional, as irmandades foram responsáveis pela instrução, por meio de um convívio disciplinado, pelos sermões proferidos nas grandes festas religiosas e no contato direto com os sacerdotes.

Espaço de convívio e socialização, as atividades das irmandades estendiam-se além dos domingos e dias santificados, com a promoção de novenas e bênçãos nas tardes de dias úteis, às quais as corporações exigiam o comparecimento dos irmãos. Ainda no decorrer do século XIX as ordens terceiras continuaram a ser importantes instituições religiosas. No Império, apesar da diminuição de sua representação social, elas mantiveram a essência: a devoção a um santo e a assistência a seus membros.

Código de Direito Canônico de 1917

O Código de Direito Canônico, de 1917, é uma compilação de todas as leis canônicas até aquela data, constituindo um resumo do que a Igreja tem estabelecido como os deveres essenciais dos seus fiéis, tanto individual quanto coletivamente. Cânones referentes às Ordens Terceiras, Irmandades e Confrarias:

Can – 701

§ 1º - Ordem de Precedência:

- 1 – Ordens Terceiras
- 2 – Arquiconfrarias
- 3 – Confrarias
- 4 – Pias Uniões Primárias
- 5 – Pias Uniões Outras

Ordens Terceiras**Can – 702**

§ 1º - Terceiros Seculares são aqueles que, vivendo no século, debaixo da direção de alguma ordem, e conforme o espírito da mesma, se esforçam por adquirir a perfeição cristã de uma maneira acomodada à vista do século sejam as rezas para elas aprovadas pela Sé Apostólica.

§ 2º - Se a Ordem Terceira Secular se divide em várias associações, cada uma destas, legitimamente constituída, se chama Irmandade de Terceiros.

Confrarias**Can – 707**

§ 1º - As associações de fiéis que tenham sido eretas para exercer alguma obra de piedade ou caridade se denominam pias uniões; as quais, se estão constituídas em organismos, chamam-se irmandades.

§ 2º - E as irmandades que tenham sido eretas ainda mais para o incremento do culto público recebem o nome particular de confrarias.

Can – 708

§ 1º - As confrarias só podem ser eretas por decreto formal de ereção; enquanto às pias uniões basta aprovação do Ordinário obtida esta, adquirem, sem obstáculo algum, capacidade para conseguir graças espirituais, sobretudo indulgências.

Arquiconfrarias e Uniões Primárias**Can – 720**

§ 1º - As irmandades que gozam de faculdade para agregar a si outras da mesma espécie se chama arquiirmandades ou arquiconfrarias, ou pias uniões, congregações ou sociedades primárias.

Fonte: Associações Religiosas no Ciclo do Ouro

Indicação Bibliográfica

Lançado em 1963 e considerado um dos textos pioneiros e inovadores sobre o estudo das irmandades religiosas, *Associações Religiosas no Ciclo do Ouro*, de Fritz Teixeira de Salles, teve sua 2ª edição revista e ampliada em 2007. O estudo abriu as perspectivas de pesquisa dessas associações como espaço privilegiado para compreensão da vida social e econômica das cidades por reproduzirem em sua unidade as estruturas básicas da sociedade colonial mineira.

▲ Criada no século XVIII, Irmandade de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, de Chapada do Norte, mantém viva a tradição da festa de sua padroeira. Na foto, cortejo que precede a cerimônia conhecida como Lavação da Igreja.





ENTREVISTA – Adriano Reis Ramos

Restauração deve respeitar história do bem cultural

Divulgação/Grupo Oficina de Restau



Discípulo do mestre Jair Afonso Inácio, Adriano Ramos desde cedo esteve envolvido com a área do patrimônio cultural. Na década de 1970, participou da equipe de restauradores do Instituto do Patrimônio Artístico e Cultural da Bahia, o IPAC/BA. Entre os anos de 1979 e 1988 integrou a equipe técnica do Iepha/MG, onde realizou importantes trabalhos. Após sua especialização no ICCROM (Centro Internacional de Estudos para a Preservação e Restauração do Patrimônio Cultural), fundou uma empresa de restauração e conservação. Restaurador especializado em retábulos, forros decorados e imaginária, Adriano aborda nessa entrevista ao *Bem Informado* sua experiência profissional e a relação de seu trabalho com a pesquisa histórica, com capítulo especial dedicado aos santeiros e mestres da arte colonial mineira.

Você foi um dos servidores que estiveram na primeira fase do Iepha, quando o instituto ainda se consolidava. Qual aprendizado você trouxe para a sua atuação profissional?

Essa fase no Iepha compreendeu o período 1979-1988 nas gestões dos arquitetos Galileu Reis e Rodrigo Andrade, ambos vindos da Fundação João Pinheiro. Foi uma das épocas mais produtivas para a formação e qualificação de vários segmentos profissionais relacionados à preservação de bens culturais. Até hoje temos excelentes arquitetos, engenheiros, historiadores, espeleólogos, entre tantos outros profissionais, atuando na área e que tiveram no Iepha o seu crescimento e amadurecimento.

Ainda nesse período, foi criado o setor de restauração, pois, anteriormente, o conservador-restaurador era apenas contratado eventual e temporariamente para a realização de alguns serviços específicos coordenados por arquitetos e/ou engenheiros. Com a criação do setor, os profissionais da restauração de bens móveis e artes aplicadas tiveram, enfim, seu espaço nas reuniões que determinavam o uso das verbas públicas em projetos específicos. Lembro-me com carinho de dois desses projetos: o Programa das Cidades Históricas (PCH) e o Programa de Obras Urgentes (POU). Esse setor de restauração foi criado por nossa equipe, tendo à frente o restaurador Orlando Ramos Filho. Especificamente na restauração de bens integrados, aprendemos a lidar com os problemas dos bens culturais sob esse nosso clima tropical, adaptando os procedimentos utilizados na Europa para a realidade brasileira. Essa metodologia de trabalho acabou adotada por outras instituições, como foi o caso do Iphan.

No seu currículo estão grandes trabalhos como a restauração do Palácio da Liberdade e a sede da Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro. Como é estar à frente dessas obras?

Primeiramente, devo atribuir esses méritos à presença no Grupo Oficina de Restau de profissionais do porte da Maria Regina Reis Ramos e da Rosângela Reis (ambas também oriundas do Iepha), que são as minhas sócias. Restauração é uma atividade de equipe; interação, disposição e veneração pelo trabalho, que nos é peculiar, permitem que possamos assumir esses compromissos de maior grandeza com toda a tranquilidade e segurança. Aliás, nesse quesito “equipe”, gostaria de salientar a importância da manutenção de um mesmo grupo nas empresas para garantia do padrão de qualidade e, portanto, de melhor atendimento às demandas. É muito desgastante para a empresa formar um auxiliar durante um ano ou mais e depois perdê-lo em função da escassez de obras de restauração. Deveria haver uma maior estabilidade no setor, para que os profissionais treinados pelas empresas pudessem ter a mínima garantia de permanência na área. E, se analisarmos o panorama dos monumentos em Minas Gerais, poderemos constatar que haverá trabalho para nossos netos... No caso específico do Palácio da Liberdade, obra de três anos e meio de duração, e que envolveu, além da decoração interna, toda a cobertura, é importante registrar a participação nas diretrizes básicas da obra de diversos profissionais do Iepha, tais como restauradores, historiadores, arquitetos e engenheiros.

Como é recuperar um bem de menor expressividade em termos artísticos, porém com rico significado para a memória da cidade, como é o caso do Coreto da Praça da Liberdade, atualmente em restauração?

Toda intervenção restauradora é digna de responsabilidade; e devem ser considerados o mesmo rigor conceitual e apuro técnico tanto para uma obra de maior expressividade quanto para outra nem tanto reconhecida. Particularmente, penso que o Coreto da Praça da Liberdade tem, sim, suas qualidades artísticas em função do estilo de época, do fazer artesanal, dos ofícios semi-industriais, como delicados trabalhos de fundição presentes em vários outros importantes monumentos da capital mineira, além das técnicas

da pintura, da execução do piso e texturas, imitações de pedra e tijolos etc. Na restauração agora efetuada, essas técnicas serão recuperadas, e chegaremos o mais próximo possível de sua concepção original. Ademais, trata-se de uma intervenção um pouco complicada por aspectos que variam desde sua localização – muito visada e sujeita a diferentes interpretações – até os materiais diversificados que compõem sua estrutura, e ainda em função do Coreto ter sofrido profundas alterações ao longo do tempo que eliminaram alguns dos seus traços primitivos.

Você foi um dos principais responsáveis pelo resgate do escultor Francisco Vieira Servas. Qual a dimensão do legado do artista em nosso estado?

O livro Francisco Vieira Servas e o Ofício da Escultura na Capitania das Minas do Ouro, editado em 2002 pelo Instituto Cultural Flávio Gutierrez, nasceu exatamente da minha atividade profissional, quando, por acaso, me deparei com uma sequência de obras desse magnífico artista português, fundamental na construção do barroco mineiro. Procuramos, nessa publicação, além de apresentar o conjunto de obras de Servas, intervir no mito de que o artista daquele período fazia tudo sozinho, equívoco semelhante à ideia de que todas as obras de talha importantes em Minas tivessem sido realizadas por Aleijadinho. O livro revela, por exemplo, manuscritos que mostram Servas e Aleijadinho disputando a execução do retábulo-mor da igreja da Venerável Ordem Terceira de Nossa Senhora do Carmo, em Sabará. A maior alegria dessa nossa produção, no entanto, foi trazer à tona, de forma clara e profunda, a obra de um artista importante no cenário artístico das Minas de então, revelando novidades e passeando por várias igrejas de Minas, incluindo cidades importantes como Ouro Preto, Mariana, Caeté, Sabará, Congonhas, Catas Altas do Mato Dentro, São José da Lagoa (atual Nova Era), dentre outras. Francisco Vieira Servas notabilizou-se pela confecção de retábulos de extrema elegância compositiva, de imagens esculpidas com acentuado refinamento, bem como pela fatura de outros elementos artísticos aplicados às decorações internas de importantes monumentos do período.

Além da obra de Servas, você tem pesquisado mestres santeiros com identidade pouco estudada. Que surpresas essas pesquisas têm apresentado?

Minas Gerais, em função da descoberta aurífera e da sucessiva edificação de monumentos religiosos nos séculos XVIII e XIX, tornou-se o centro artístico da Colônia, em um ambiente que mesclava artistas portugueses já consagrados com outros, iniciantes, aliados a artesãos negros e indígenas, todos atuantes em variadas regiões da capitania. Apesar dos diversos estudos existentes, ainda há uma enorme quantidade de artefices e ateliês a serem analisados e identificados, sem entrar no mérito das obras estritamente populares, produzidas em grande escala em todo o estado. Em meio a esse incomensurável número de obras e de autores, muitas esculturas sacras ou ficam no anonimato ou são, equivocadamente, atribuídas a esse ou aquele escultor apenas em virtude de pequenas semelhanças morfológicas ou anatômicas, sem se levar em conta que havia na Colônia - como ocorria na Europa desde a Idade Média - oficinas que contavam com a presença de diversos oficiais, inclusive em sólidas parcerias e associações ou mediante terceirizações de determinadas etapas dos serviços. Atualmente, estamos desenvolvendo pesquisas sobre a oficina do Vale do Piranga (Mestre Piranga), com texto apresentado, juntamente com o historiador Célio Macedo Alves, na última edição do CEIB (Centro de Estudos da Imaginária Brasileira) ocorrida

em outubro de 2011 em Ouro Preto, e, também, preparando material, em uma primeira fase, sobre seis importantes escultores do barroco mineiro para, em seguida, tratarmos de seis pintores do mesmo período. O título provisório é Roteiro de Minas: a escultura barroca e seis mestres do ofício.

Ao longo de sua carreira, você tem tido oportunidade de trabalhar efetivamente o conceito de responsabilidade social com turmas de aprendizes voltadas para jovens carentes. Conte um pouco sobre como é esse trabalho.

Esse é um sonho antigo que sempre compartilhei com a empresária e colecionadora Angela Gutierrez, com quem trabalho desde 1990. Com o surgimento do Museu de Artes e Ofícios, o sonho tornou-se realidade a partir do momento em que toda a equipe do Museu se viu envolvida com o projeto, cuja coordenação técnica é de responsabilidade do Grupo Oficina de Restauro. Organizado pelo Instituto Cultural Flávio Gutierrez, o Programa Valor Social foi lançado em 2008, com o curso de qualificação na área de conservação para jovens com alguma vulnerabilidade social. O objetivo é capacitá-los para atuarem como conservadores e assistentes de restauradores. Estamos na quinta edição do programa e já colocamos no mercado de trabalho mais de 80 alunos.

Com o curso, jovens com idades entre 17 e 21 anos, ficam aptos a desenvolverem várias tarefas, tais como limpeza e fixação de pinturas, emassamentos e nivelamentos, colagens de madeira, modelagens etc. Paralelamente, eles também recebem treinamento para intervenções emergenciais em arquivos e bibliotecas, utilizando-se de técnicas para higienização, acondicionamento e conservação curativa em documentos e livros.

Você tem vários trabalhos publicados. Como é conciliar o trabalho prático de restauração com o processo de pesquisa e escrita?

Eu tive a sorte de ter convivido em Ouro Preto, na minha adolescência, com figuras ilustres, exímios pesquisadores, como o restaurador Jair Afonso Inácio e o museólogo Orlandino Seitas Fernandes, que conheciam a imaginária mineira como poucos e que me incentivaram a estudá-la. Em família, o ambiente também foi propício: minha mãe tinha uma loja de antiguidades, onde, além de conviver cotidianamente com obras sacras, eu auxiliava nas recuperações das peças. A partir desse convívio e em permanente contato com os monumentos religiosos de Minas Gerais e da Bahia, foi inevitável surgir essa vocação para a pesquisa. O ofício de restaurador veio aumentar o meu interesse por essa atividade, pois o acesso às obras tornou-se ainda mais próximo e frequente.

A pesquisa sobre Francisco Vieira Servas, por exemplo, foi definitivamente consolidada quando eu estava trabalhando simultaneamente na Matriz de Nossa Senhora do Bonsucesso, em Caeté, e na de São José, em Nova Era. Em ambos os monumentos, os sacrários eram idênticos e em Caeté, até então, nunca havia sido ao menos aventada, por estudiosos, a participação de Servas na equipe responsável pela decoração interna da igreja. Diante da evidente constatação de que se tratava de obras feitas pelo mesmo autor, e a partir da informação inquestionável de que o retábulo-mor de Nova Era é de autoria de Servas, foi fácil deduzir o óbvio: a presença de Francisco Vieira Servas em Caeté.

Leia a íntegra da entrevista no site do Iepha



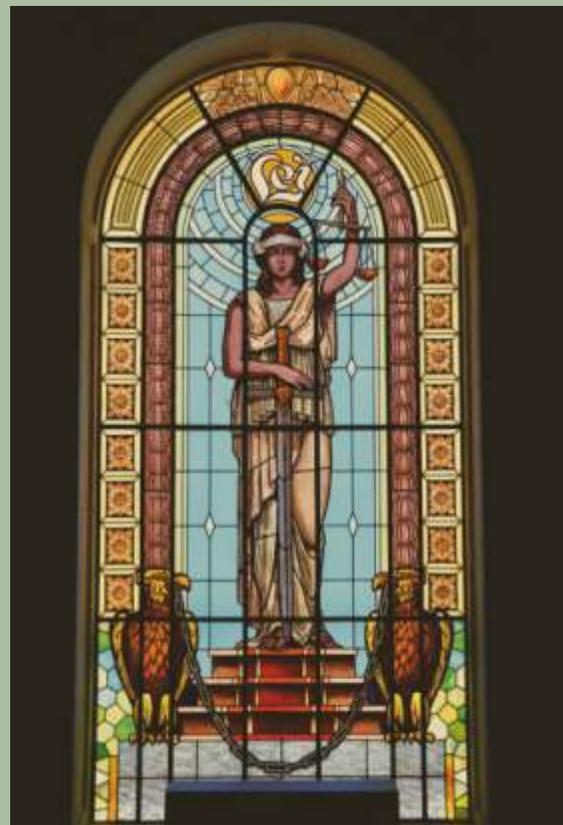
PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

| Antiga Secretaria de Estado de Defesa Social – Belo Horizonte

O detalhe dessa edição está no vitral do prédio da antiga Secretaria de Estado de Defesa Social, que vai abrigar em breve o Centro Cultural Banco do Brasil, na Praça da Liberdade, em Belo Horizonte.

Projetado pelo arquiteto Luiz Signorelli, o prédio cuja construção foi iniciada em 1926, teve sua inauguração em 06 de setembro de 1930. Originalmente o prédio seria a sede da Secretaria de Segurança e Assistência Pública que, posteriormente, foi extinta sendo suas funções transferidas para a Secretaria do Interior que, então, ocupou o prédio. Logo após sua inauguração, foi palco de importantes acontecimentos relacionados com a Revolução de 1930.

Em termos decorativos, o edifício apresenta cornijas variadas em todos os ambientes. Todos os tetos são caracterizados pelo uso das cimbalhas, que formam caixotões, definidos pelas vigas de concreto que compõem o sistema estrutural. Os pisos são revestidos em mármore (branco e rosado), ladrilhos hidráulicos com tabeira e madeira (tacos em paginações variadas e *parquet*). Com a nova destinação, o prédio vai integrar o Circuito Cultural Praça da Liberdade.



BLOCO DE NOTAS

| Iphan firma parceria com o CREA/MG



O Iphan assinou no dia 25 de janeiro Termo de Cooperação Técnica com o Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA/MG. Com a parceria será proporcionado o desenvolvimento conjunto de atividades em prol da preservação e restauração do patrimônio cultural de Minas Gerais. Além da realização de seminários, palestras e eventos que valorizem o patrimônio cultural, o termo de cooperação prevê ainda que os imóveis tombados pelo Estado que estejam sem ocupação poderão receber Inspeções Regionais do CREA/MG. Pela parceria estão também acertados os primeiros procedimentos para as obras de reparos e serviços de restauração da chamada Casa da Rua da Bahia (foto acima), que abrigou a primeira sede do Iphan. Em breve será anunciada a nova destinação do imóvel. A Casa está no perímetro do Circuito Cultural Praça da Liberdade, bem ao lado do Palácio dos Despachos, futura sede da Casa Fiat de Cultura.

| ICMS Patrimônio Cultural Exercício 2014

Os técnicos da Diretoria de Promoção do Iphan/MG já iniciaram a análise das cerca de 2500 pastas enviadas por 450 prefeituras mineiras referentes à documentação exigida para participação no programa ICMS Patrimônio Cultural – exercício 2014. Os valores do repasse, estimados por ponto, garantem ao município uma verba extra que pode ajudar no orçamento das prefeituras. Em 2012, o valor total repassado aos municípios foi de R\$ 65.176.490,76. No dia 20 de junho, a tabela com a pontuação provisória será divulgada e, no dia 20 de julho, a definitiva. A lista com o quantitativo de pastas enviadas pelos municípios já está disponível em nosso site.

| Jornada Mineira do Patrimônio Cultural

A Equipe de Coordenação da 4ª Jornada Mineira do Patrimônio Cultural está fazendo os últimos acertos para edição 2013 do programa. Nos próximos dias será anunciado o tema dessa edição e o prazo para as inscrições, que esse ano começa mais cedo, a partir de março. A Jornada Mineira do Patrimônio Cultural é o maior evento de divulgação do patrimônio cultural do país e recebeu, em 2010, o prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade, do Iphan. Organizada em diferentes modalidades de participação (Educação Patrimonial, Restauração, Encontro de Grupos das Culturas Populares, Seminário, Curso/Oficina, Exposição, Festival/Feira, Apresentação de Grupos de Dança, Grupos Musicais e Teatro, Publicação e Visitas Guiadas/Patrimônio de Portas Abertas), todas as ações devem estar relacionadas à preservação e divulgação do patrimônio cultural de Minas Gerais.



Templos são diferenciados por títulos

No último ano, Minas Gerais ganhou uma nova basílica com a elevação da Igreja Matriz de Nossa Senhora do Pilar, em Ouro Preto, a essa condição. O templo, que comemorou os 300 anos de instituição da paróquia em 2012, teve o pedido de elevação acolhido pela Secretaria para o Culto Divino e a Disciplina dos Sacramentos, em Roma, e o novo título foi concedido pelo Papa Bento XVI. O *Bem Informado* apresenta a seguir algumas diferenciações dos templos religiosos católicos.

Capela



▲ Capela Nossa Senhora da Glória, distrito de Ressaca em Carandaí

“Vulgarmente dá-se o nome de capela ao templo de pequenas proporções de um só altar”. De acordo com as definições do Dicionário da Arquitetura Brasileira (1972), não há uma diferença formal entre capela e igreja, podendo, ambas, ter o mesmo tamanho, número de altares e, igualmente, o batistério e coro. A diferença é puramente de caráter administrativo, regulada pelo Direito Canônico. Ainda segundo a publicação, a capela seria o templo que não é sede da paróquia e por isso mesmo desprovido de padre com assistência permanente. A história dos primeiros arraiais mineiros registra inicialmente a presença das capelas que, com o desenvolvimento propiciado pelo ouro e pelo comércio, foram ampliadas e deram lugar aos grandes templos barrocos que conhecemos na atualidade. São muito comuns também a presença de oratórios privados e capelas em sedes de grandes fazendas que ficavam distantes dos grandes centros urbanos. Geralmente, neles eram celebradas as práticas religiosas da família como casamentos, batizados e festas dos padroeiros.

Catedral

A palavra nasceu no latim medieval como forma reduzida de *ecclesia cathedralis*, isto é, igreja onde tinha assento (cadeira, *cathedra*) o bispo. Catedral é a principal igreja de uma diocese, onde se encontra o trono episcopal. Ou seja: para haver catedral, é preciso haver um bispo associado a ela. Na foto ao lado a Catedral de Nossa Senhora da Boa Viagem, em Belo Horizonte.



A paróquia é a comunidade de fiéis que se reúne em torno de um pároco ou sacerdote cujo trabalho pastoral lhe é confiado pelo bispo de uma diocese e que ali exerce, sob sua autoridade de pastor, as instruções episcopais da sua jurisdição eclesiástica.

Santuário



▲ Santuário Estadual de Nossa Senhora da Piedade, em Caeté

O santuário, do latim *sanctuarium*, é o lugar para onde concorrem peregrinos e romeiros, atraídos pela veneração do santo que é cultuado naquele recinto. No Direito Canônico, o santuário é denominado como igreja ou lugar sagrado, ao qual afluem em grande número, por algum motivo especial de piedade, os peregrinos (Can 1230).

Os santuários podem ser diocesanos, se houve a aprovação do Bispo; nacionais, se houve a aprovação da Conferência Episcopal; internacionais, se houve a aprovação da Santa Sé. A sua finalidade, autonomia, domínio e administração dos bens temporais são determinados nos estatutos, que devem ser aprovados pela respectiva autoridade competente da Igreja.

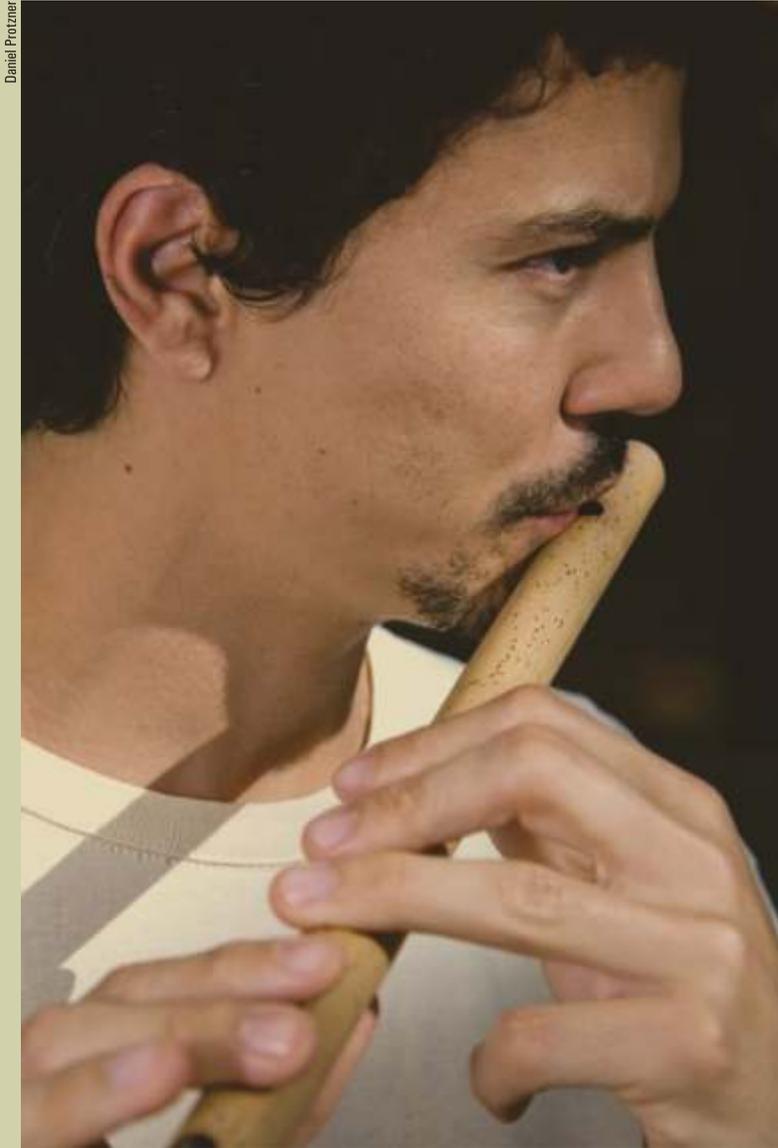
Igreja Matriz

É a sede de uma paróquia e, em seu território, podem funcionar outras igrejas, oratórios, capelas e mesmo outros locais provisórios de culto.

Basílica

É um título concedido pelo Vaticano a algumas igrejas que se destacam pela sua importância em antiguidade, por serem centros de peregrinação, por possuírem alguma relíquia de um ou mais santos, por possuir grande influência na vida espiritual de uma jurisdição eclesiástica, etc. O termo vem do latim *basilica*, *-ae* e do grego *basiliké*. Em termos de arquitetura, a basílica, entre os romanos, foi definida como um edifício público, coberto e retangular, com três naves separadas por colunas, que abrigava mercados, tribunais ou onde se reuniam comerciantes e pessoas ociosas, e no qual, mais tarde, se congregaram os primeiros cristãos. Daí a designação das primeiras igrejas cristãs que conservaram o mesmo plano desse edifício profano. Quando um templo é elevado a basílica, ele se une mais estreitamente à Roma e às suas basílicas e, com isso, vincula-se diretamente ao Papa. Essa associação é representada pela presença da umbrela (uma espécie de sombrinha) que ficará no templo juntamente com as insígnias pontificias.

O som que vem do Vale do Jequitinhonha



Daniel Protzner

A partir daí, ele começou a pesquisar a história da gaita e do pífano, inclusive em literaturas estrangeiras. Até então, não havia estudos sobre estes instrumentos em Minas Gerais e os poucos trabalhos acadêmicos que foram feitos no país tratavam apenas do pífano nordestino. Em 2006, Daniel Magalhães partiu para o campo, percorrendo cerca de 30 mil quilômetros em visitas a 26 municípios. O resultado é surpreendente: são aproximadamente 100 horas de gravações de performances musicais e entrevistas e cerca de seis mil fotografias, documentando quase 300 tocadores. Foram oferecidas 25 oficinas em 18 municípios do Vale do Jequitinhonha, que contaram com 700 participantes e a produção de mais mil flautas, entre pífanos e gaitas, feitas em PVC, bambu e taquara.

Além da pesquisa e difusão, o projeto possibilitou a progressiva adoção do pífano e da gaita como instrumentos musicalizadores nas escolas, o reconhecimento e valorização do patrimônio cultural imaterial, a manutenção e valorização de grupos em atividade e a retomada espontânea de grupos que estavam desativados. É o caso do Pipiruí, de Conceição do Mato Dentro, que após 16 anos de silêncio voltou a executar com emoção as melodias dos pífanos, e da Banda de Taquara, de Santo Antonio do Fanado, em Capelinha, que ressurgiu após 40 anos.

A importância do projeto para o patrimônio cultural foi reconhecida pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) que, em 2012, o incluiu entre os vencedores do 25º Prêmio Rodrigo Melo Franco de Andrade. A premiação, que reconhece as melhores ações de proteção, preservação e divulgação do patrimônio cultural brasileiro, foi concedida na categoria Salvaguarda de Bens de Natureza Imaterial. "Já tinha um respaldo institucional através das leis de incentivo à cultura estadual, mas ganhar esse prêmio é um reconhecimento especial por causa da importância e da divulgação em nível nacional", revela Daniel.

Mesmo já tendo alguns bons resultados alcançados, inclusive com o lançamento de dois DVD's e dois livros, Daniel não pensa em parar. "Já tive notícias de outros grupos tradicionais em outras localidades do Vale do Jequitinhonha e no Norte de Minas, e tenho grandes expectativas de encontrar novos tocadores. Além disso, pretendo começar um projeto de Educação Musical, pois a flauta é barata e muito acessível para diversas comunidades", revela o pesquisador que coloca o email pifanos.gaitas@yahoo.com.br à disposição para cadastramento de novos grupos de tocadores de flauta.

Muitos associam o Vale do Jequitinhonha aos baixos indicadores sociais e às extremas situações de pobreza e dificuldades da seca vivenciadas pelos moradores da região. Mas o jovem Daniel de Lima Magalhães (foto acima) preferiu enxergar a região com outros olhares, atentos a uma vertente culturalmente rica dos moradores do Vale. Com o projeto Flautas Tradicionais do Vale do Jequitinhonha, desenvolvido em 12 anos de pesquisa, Daniel vem registrando e divulgando as tradições musicais ligadas ao pífano e à gaita (dois tipos de flautas) em grupos culturais que mantêm vivo essa importante expressão cultural.

A ideia surgiu em 1999, quando Daniel viajou ao Ceará e lá conheceu as bandas de pífano e sua importância para a cultura de diversas regiões cearenses. De volta a Minas Gerais, o mestre em música pela UFMG, descobriu grupos de pífanos e gaita em Minas Novas e no Serro, muitos deles vinculados ao congado. "Os tocadores destas flautas, os gaiteiros e pifeiros fincaram raízes em terras do Norte e Nordeste do estado, onde atuam com seus grupos musicais, em eventos comunitários específicos. Ora puxam uma procissão, ora animam um leilão, ora levantam o mastro com a bandeira de algum santo, ora fazem uma alvorada", revela. Daniel percebeu também que os antigos tocadores estavam morrendo e, com eles, as melodias.



Daniel Magalhães

▲ Em Minas Novas, o som do grupo da Guarda de Honra da Festa do Rosário



Igreja Matriz de Nossa Senhora Aparecida, em Córregos



Considerado o mais antigo povoado do município de Conceição do Mato Dentro, Córregos reúne algumas preciosidades históricas que, em cenário bucólico e interiorano, conserva muito da atmosfera dos primeiros tempos dos faiscadores que se debruçavam sobre o rio Santo Antônio em busca dos metais preciosos. Entre as heranças do período colonial, destaca-se na paisagem local, condensada primitivamente em duas ruas, a Igreja Matriz dedicada a Nossa Senhora Aparecida, reconhecida como patrimônio cultural de Minas Gerais pelo decreto estadual nº24.323, de 22 de março de 1985, e inscrita no Livro III, do Tombo Histórico.

O povoado foi fundado no início do século XVIII por um grupo de bandeirantes chefiados por Gaspar Soares, Manuel Corrêa de Paiva e Gabriel Ponce de Leon e o desenvolvimento local se deu em função da exploração mineral, que dentre as várias técnicas de mineração, utilizou-se de uma bastante curiosa que empregava o aquecimento das rochas com fogo de lenha que, após aquecidas, recebiam o choque térmico e o impacto das águas do rio, então represadas. O resfriamento súbito provocava o rompimento das rochas facilitando o trabalho dos mineradores.

Administrativamente, o distrito foi criado pela Lei Provincial nº902, de 08 de junho de 1858, elevado a freguesia pela Lei nº2.240, de 05 de outubro de 1877, e o seu nome – Nossa Senhora Aparecida de Córregos – foi simplificado em 1911 para Córregos.

Como grande parte dos templos mineiros, a Igreja Matriz ainda tem suas origens desconhecidas. Informações como a iniciativa, autoria e as obras de construção e ornamentação não foram localizadas, sendo que os livros mais antigos da primeira capela datam do período 1745/1748 e são a memória dos batizados, casamentos e óbitos registrados na comunidade.

Construída em adobe e madeira, a Matriz compõem-se de nave, capela-mor e corredores laterais, seguidos por sacristia na porção posterior do templo. A fachada, chanfrada, assemelha-se ao modelo adotado em templos com torre sineira única central. Aliás, justamente por ocupar posição privilegiada no terreno, ao primeiro olhar do observador a Matriz aparenta uma pequena capela, impressão essa que se desfaz quando é vista pelas laterais em que sobressaem os corredores laterais e a sacristia que, de certa maneira, guardam a capela-mor. Outro detalhe que chama atenção na Matriz é a iluminação natural da capela-mor, proporcionada por duas aberturas envidraçadas, localizadas bem próximas ao altar-mor, em cada uma de suas laterais.

Ainda em 1745, o bispo do Rio de Janeiro, Dom Frei João da Cruz, destacava a necessidade de construção de uma nova capela que substituisse a velha existente “muito arruinada e falta de paramentos”. Acima da porta de entrada estão gravadas as datas de 1872 e 1956 que se supõe referir à reconstrução de determinadas partes ou reformas realizadas.

Como parte da decoração interna, a Matriz apresenta conjunto de talha de concepção simples, mas considerado de boa qualidade. Os dois altares laterais, juntos ao arco-cruzeiro, apresentam colunas torsas que dão indícios de que seriam mais antigos que o altar-mor que, por sua vez, apresenta tábua lisa. O forro da capela-mor apresenta figura decorativa alusiva à Assunção da Virgem Maria.

| Igreja recebeu visita pastoral

O bispo Dom Frei José da Santíssima Trindade, em suas célebres visitas pastorais realizadas entre 1821 e 1825, registrou suas impressões sobre o templo: “*Capela de Nossa Senhora da Aparecida do arraial dos Corgos, situada nas margens do rio Santo Antônio, vertente ao rio Doce, e dista ao sul com a matriz da Conceição do Mato Dentro, de quem é filial, (...) tem em si 806 almas curadas e apascentadas pelo Reverendo Manuel Soares de Sousa, que com grande zelo e fervor lhes administra o pasto espiritual e é exemplar. Foi visitada por Sua Excelência Reverendíssima em 21 de agosto de 1821. É a capela muito pequena e baixa, porém, está com decência e tem adro fechado*”.

In: TRINDADE, José da Santíssima, Dom Frei. Visitas pastorais de Dom Frei José da Santíssima Trindade (1821-1825). Belo Horizonte: Centro de Estudos Históricos e Culturais. Fundação João Pinheiro; Iepha/MG, 1998.



MHAB: história bem preservada



Além das exposições de curta, média e longa duração, que ocorrem na sede antiga e em seu moderno anexo, construído em 1998, o espaço da cidade é alcançado com ações que exemplificam o relacionamento direto da memória da cidade com o cotidiano de seus habitantes, caso da exposição “De ribeirão a avenida: contornos de uma história”, que mostra as transformações no espaço do antigo leito do Córrego do Leitão, onde posteriormente foi aberta a Avenida Prudente de Moraes, e a exposição “A trama do centro e o centro da trama” que, por meio de 18 painéis, perpassa a história da Praça Sete desde a sua idealização até às mais recentes ações de revitalização. Essas intervenções, consideradas museais, são inovadoras e estão expostas no próprio lugar a que se referem. Assim, o espaço urbano passa a ser focalizado como acervo operacional do museu, sendo fruto de pesquisas e divulgação da memória da cidade.

Quando ainda na década de 1930, o escritor, jornalista e pesquisador Abílio Barreto foi incumbido da missão de organizar o Arquivo Geral da Prefeitura de Belo Horizonte, talvez não imaginasse o tamanho e as diversidades de ações que o então Museu da Cidade alcançaria. Com o recolhimento de documentos e objetos que ajudavam a contar a história da capital, Abílio Barreto iniciou as bases da instituição museológica que viria ser inaugurada definitivamente em 18 de fevereiro de 1943, pelo então prefeito Juscelino Kubitschek.

Atualmente o Museu é uma unidade da Fundação Municipal de Cultura, da Prefeitura de Belo Horizonte. Com grande e variado acervo, a história da cidade é contada desde utensílios domésticos usados no antigo arraial do Curral Del Rei, passando por mobiliário, peças de roupas, locomotiva e a própria sede do museu. Considerada a principal peça do seu acervo, a antiga casa sede da Fazenda do Leitão remonta aos tempos do velho arraial e sua economia ligada ao campo e às tradições rurais.

Como não pode parar no tempo, o museu desenvolve vários projetos, entre eles os de cunho educativo, que extrapolam o seu espaço físico. Um dos destaques do currículo do museu é o “Onde mora a minha história?”, desenvolvido em parceria com a Secretaria Municipal de Educação, em que os alunos das escolas municipais percorreram os respectivos bairros em busca de elementos que ajudassem a contar a história de ocupação. Com as orientações técnicas dos profissionais do museu, foram colhidos depoimentos, documentos, objetos e fotos que compuseram exposições realizadas nas próprias escolas e atraíram o olhar dos moradores de todos os bairros envolvidos.

Atualmente são desenvolvidas atividades para diferentes públicos como o Descobrimo o Museu, direcionada a escolas e grupos organizados; o Encontro com o Museu, para agentes multiplicadores, como professores e agentes culturais; as Visitas Técnicas, com participação de universitários, agentes culturais e profissionais de instituições afins, que tem a oportunidade de conhecer os bastidores do museu e a Cidade (re) Visitada, para o público de 3ª idade.

Nos próximos dias a Fundação Municipal de Cultural vai anunciar a programação comemorativa do aniversário do museu. Acompanhe as novidades no site <http://portalpbh.pbh.gov.br>.

Nome homenageia idealizador

Inicialmente denominado Museu Histórico de Belo Horizonte, em 1967 o museu recebeu a atual denominação em homenagem a seu idealizador e primeiro diretor, Abílio Velho Barreto. Nascido em Diamantina em 22 de outubro de 1883, Abílio chegou a Belo Horizonte acompanhando a família, que se mudou ainda durante os trabalhos da Comissão Construtora da Nova Capital. Na Imprensa Oficial, onde foi admitido em 1898, ocupou as funções de tipógrafo, revisor e redator interino do diário oficial “Minas Gerais”. Posteriormente, foi promovido a primeiro oficial do Arquivo Público Mineiro, onde se aposentou. Testemunha do nascimento da nova capital e dedicado pesquisador de sua

história desde os primórdios do Curral Del Rei, Abílio escreveu a obra referência Belo Horizonte: memória histórica e descritiva – História Antiga e História Média. Abílio Barreto faleceu em 17 de julho de 1959.

